

CASA DO POVO DE ESCARIZ

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO : 2021

1 - Introdução

A CASA DO POVO DE ESCARIZ, com sede social em Rua do Lar, com um capital social de 8 101,70 €, tem como atividade principal Outras atividades associativas, n.e.. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2021.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da CASA DO POVO DE ESCARIZ, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

A pandemia causada pelo COVID-19 fez mergulhar o mundo numa profunda crise social e económica. As sucessivas vagas de infeção e as restrições sanitárias fizeram de 2020 um período negro do ponto de vista dos mercados globais. O ano fechou com grandes incertezas em relação ao futuro, com a variante DELTA a surgir na reta final e a causar mais problemas para todos os países.

As soluções começaram a chegar em 2021 com o surgimento das vacinas contra o COVID-19. Estas novas armas de combate à pandemia permitiram um reabrir tímido de vários setores e atividades e o início do caminho de retoma económica. À medida que as taxas de vacinação foram aumentando, também os principais indicadores económicos foram melhorando. As perspetivas do futuro tornaram-se mais otimistas com a perceção crescente de que os piores cenários projetados para aos próximos 5 anos talvez não se viessem a realizar.

No entanto, nem tudo correu como idealizado, segundo os especialistas, um dos maiores legados da pandemia COVID-19 será o aumento das desigualdades económicas e sociais entre países e concidadãos que se fará sentir durante largos anos, facto que se veio agravar com a desigualdade de acessos às vacinas.

A nova variante OMICRON, que fez disparar os casos de infeções, numa altura em que grande parte das populações já se encontrava vacinada veio obrigar ao recuo nas medidas de desconfinamento em diversos países, trazendo de volta uma incerteza, já familiar, com a que se fez sentir em 2020. Por fim, a recusa da vacinação, por parte de um número considerável de pessoas em diferentes países (ex. EUA), dificultou o combate a esta doença.

Em suma, 2021 fechou com fortes sinais de uma recuperação económica cuja expectativa inicial era que se iria manter em 2022. No entanto, a invasão russa da Ucrânia e a subsequente guerra, veio destabilizar os mercados internacionais, com as sanções à invasora Rússia a impactarem a vários níveis o abastecimento de matérias-primas na Europa e, em escala menor, nos EUA. Espera-se que a escalada dos preços no mercado energético venha a colocar uma pressão adicional nos preços dos bens, causando um agravamento da inflação esperada. Consequentemente, torna-se muito difícil prever o futuro dos mercados, bem como da crise humanitária já visível.

2.1. A Nível Internacional e Europeu

Mundo

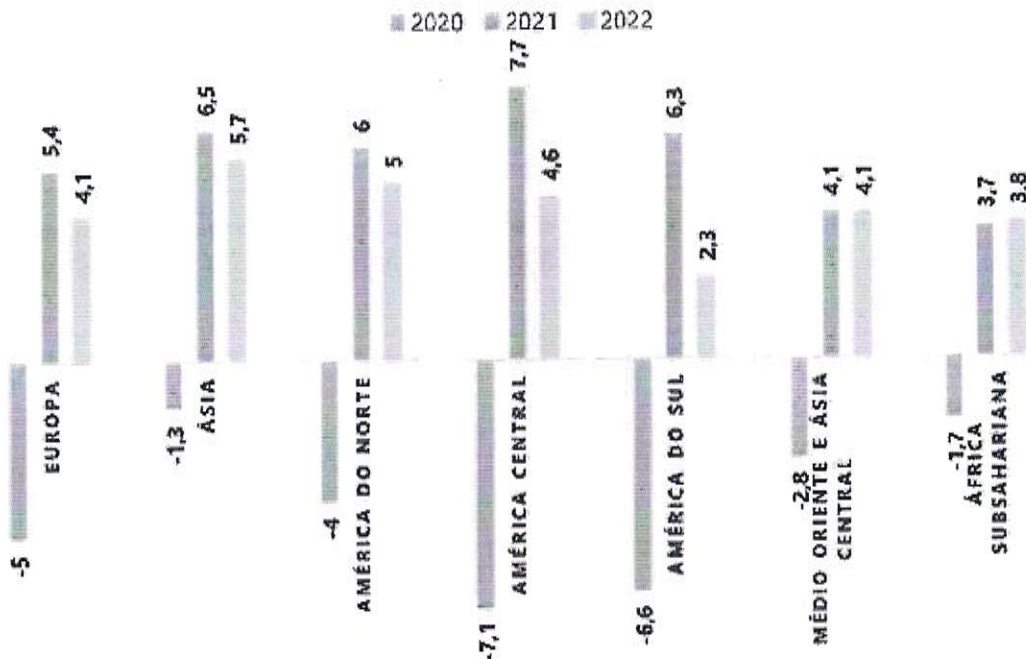
O ano de 2021 fica marcado pela recuperação económica face à queda drástica registada em 2020. No entanto, esta recuperação veio acentuar as divergências entre os países mais desenvolvidos e as economias mais frágeis. O acesso desigual às vacinas e a capacidade económica das diversas regiões foram as grandes razões deste afastamento de realidades.

O primeiro indicador da recuperação económica de 2021 foi o crescimento da economia mundial, o FMI coloca este crescimento nos 5,9% ao fechar de 2021. No entanto, este valor é mais modesto do que a previsões inicialmente feitas a meio do ano. A revisão em baixa deve-se à disrupção das cadeias de fornecimento, que afetou maioritariamente as economias mais avançadas, e à evolução da pandemia e surgimento de novas variantes, que afetou todos, mas em especial as economias emergentes e em desenvolvimento.

No seguimento deste aumento, também o PIB dos países tendeu a aumentar. O gráfico abaixo ilustra a variação do PIB real, em %, das grandes regiões do mundo.

A Direção

VARIAÇÃO (%) PIB REAL



Após a queda, a nível mundial, de -4,3% registada em 2020 o FMI aponta um crescimento do PIB global de 4,8% em 2021. Como demonstrado no gráfico, todas as grandes regiões do mundo acompanharam esta tendência. Uma das razões para o crescimento da economia global e para a evolução do PIB foi o crescimento do comércio mundial. Segundo o FMI, o comércio aumentou 10% face ao ano anterior.

No entanto, as mesmas instituições que apontam estes dados alertam que muitos países, nomeadamente os que estão mais dependentes do setor do turismo, continuam a enfrentar mais dificuldades. Isto porque 2021 foi também marcado pelo domínio de novas variantes do vírus SARS-CoV 2, mais concretamente a variante Delta que dominou grande parte do ano, e a Ómicron que surgiu já no seu final, e que se têm demonstrado mais perigosas ou mais difíceis de conter que o vírus original, mesmo com a aceleração da vacinação. Como tal, quase todos os países assistiram a novas vagas da pandemia e à manutenção de medidas sanitárias que continuaram a afetar em especial alguns setores.

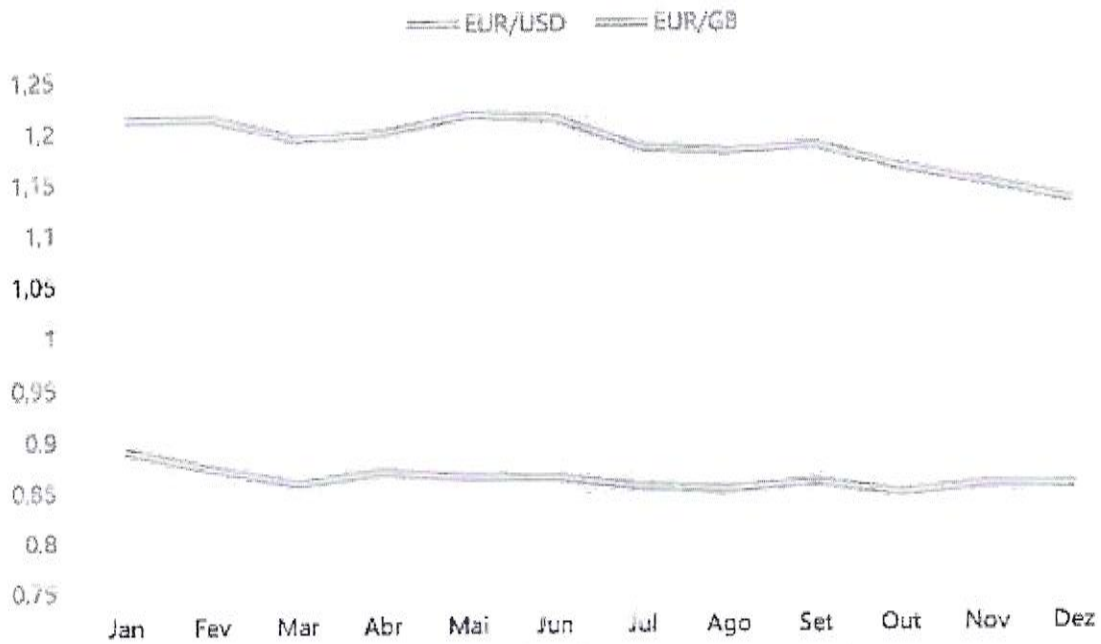
Outro dos indicadores que disparou em 2021 foi a inflação que bateu recordes em muitas regiões, como é o caso dos EUA que registaram uma taxa de 6,8% no final de 2021, sendo que não se assistia a um valor tão alto no país desde 1968. O aumento dos preços tem, em grande parte, a ver com o aumento do consumo privado ao mesmo tempo que a oferta diminui fruto dos constrangimentos nas cadeias de fornecimento. O setor onde a subida dos preços foi mais acentuada foi o da energia.

Contrariando a tendência de comportamento igual entre regiões está o desemprego. Em 2020, a taxa atingiu os 7% na Europa e os 8,1% nos Estados Unidos. Para 2021, projeta-se que os Estados Unidos registem uma melhoria acentuada deste indicador, reduzindo a taxa para os 5,4%. Por outro lado, a Europa mais desenvolvida enfrentará um agravamento do mesmo, com a taxa a crescer para os 7,3%.

Por fim, o gráfico abaixo apresenta a evolução das taxas de câmbio ao longo de 2021 tendo em conta a taxa do dia 15 de cada mês, ou do primeiro dia seguinte disponível.

A Direção

EVOLUÇÃO TAXAS CÂMBIO



A Direção *Adelino Ribeiro*
Fco. do Mundo

É possível observar que ao longo de 2021 o Euro sofreu uma desvalorização em relação ao dólar americano e à libra britânica, sendo o primeiro cenário o mais acentuado.

Europa

A Europa observou, ao longo de 2021, uma recuperação económica impulsionada pelo aumento das taxas de vacinação. Os pacotes de apoio à economia dos diversos países permitiram evitar o colapso do setor empresarial, levando assim à manutenção de diversos postos de trabalho e facilitando o caminho de recuperação a percorrer nos anos vindouros. Mesmo assim, continua a existir muita incerteza sobre o futuro, fruto das novas variantes COVID-19 e das sucessivas vagas de infeção.

Tal como no cenário mundial, o primeiro sinal de recuperação é o crescimento da economia. O FMI indicava um crescimento de 5,2% para as economias europeias mais avançadas, e de 6% para as emergentes e em desenvolvimento, em 2021.

Também como no cenário mundial, a zona euro viu disparar a taxa de inflação que, segundo dados do Eurostat, atingiu os 5% em dezembro de 2021. A subida dos preços fez-se sentir em especial no setor da energia, que apresentou uma inflação de 26% em dezembro. Já mencionada como uma das principais razões para a subida dos preços está a redução da oferta em conjunto com o aumento da procura, consequência do desbloquear das poupanças acumuladas durante a pandemia.

Este aumento traduziu-se num aumento do consumo privado de 3,3% que contrasta com a queda de -8% registada no ano anterior. E no aumento do consumo público de 2,7% face aos 1,2% registados em 2020. As importações e exportações da zona euro também dispararam durante 2021. Após terem caído -9,4% e -9,5% respetivamente, apresentam agora um crescimento de 7% e 9,3%.

Ao nível do desemprego, os 7% registados na Europa traduziam-se em setembro de 2021 em 14.324 milhões de pessoas sem trabalho na união europeia, dos quais 12.079 milhões na zona euro, o que corresponde a um decréscimo de 2.054 e 1.919 milhões respetivamente. Do total dos desempregados da zona euro, 16% são jovens (menos de 25 anos). Na divisão entre géneros, são as mulheres as mais penalizadas, com uma taxa de desemprego médio de 7%, com os homens a apresentarem uma taxa média inferior de 6,5%.

Principais Mercados Estrangeiros

China

O Worldbank estima que o PIB do mercado chinês tenha aumentado 8% em 2021, em linha com o crescimento generalizado registado nas outras regiões do mundo num ano de esforços por parte do governo chinês para desalavancar as suas empresas e diminuir o risco financeiro do setor empresarial.

O desemprego registou uma quebra, com as previsões a apontarem para um fecho de 2021 com uma taxa inferior a 4%, muito próxima dos valores registados em pré-pandemia.

O consumo privado disparou em 2021, tendo crescido 10,2%, em contraste com o recuou de -1,7% registados em 2020. Também o consumo publico aumento 6,8%. A inflação desacelerou, após atingir os 2,5% em 2020, o ano findo deverá ficar pelos 0,9% segundo dados do Worldbank.

EUA

O FMI prevê que o PIB dos EUA aumente 6% em 2021 após ter registado uma quebra de -3,4% em 2020. Foi lançado um plano que visa um aumento de gastos por parte do governo na casa dos 4,3 trilhões de dólares ao longo da próxima década para estimular a economia. Grande parte destes gastos tem em vista o combate à desigualdade e investimento em educação e melhorias do capital humano.

O ano de 2020 fechou com uma taxa de desemprego de 8,1%, as previsões apontam para que esta taxa caia para os 5,4% no final de 2021. Também consequência do plano de medidas mencionado anteriormente.

Estima-se que o consumo privado tenha aumentado 8,2% em 2021, este aumento é fruto da recuperação económica, e é acentuado pela quebra registada em 2020. O consumo público manteve-se constante, com os 2% registados em 2020 a permanecerem inalterados.

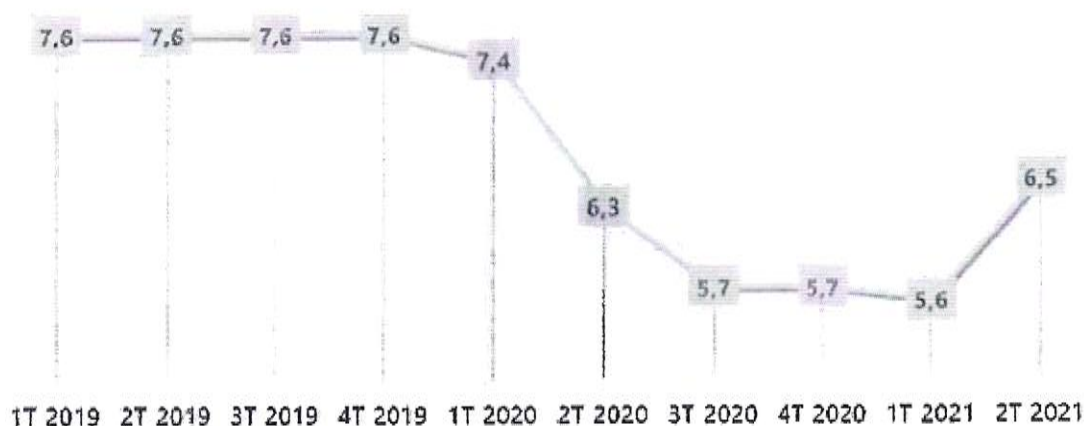
2.2 A nível Nacional

Após um ano de 2020 marcado por uma significativa contração económica, fruto da pandemia COVID-19 e das subseqüentes medidas de contenção sanitárias, 2021 fica marcado pela inflexão de grande parte das tendências de descida registadas no ano anterior. Contudo, o ano findo fica ainda marcado por sucessivos avanços e retrocessos na abertura da economia, bem como pela incerteza que os mesmos trazem às empresas e aos cidadãos.

Com base nas previsões de fecho do Banco de Portugal, Portugal fecha 2021 com um aumento do PIB de 4,8% face ao valor de 2020. Este crescimento é em parte consequência da excecional má performance da economia no ano anterior, fruto da pandemia e das medidas de combate à mesma, que condicionaram a atividade económica. Contribuíram para o crescimento do PIB o crescimento da procura interna de 5,1% e também as importações e exportações que recuperaram face ao ano anterior, registando um crescimento de 10,3% e 9,6% respetivamente.

Ao fechar do 3T de 2021 a capacidade de financiamento da economia portuguesa tinha aumentado para 0,4% do PIB, um aumento de 0,3 p.p. em relação ao trimestre anterior. Por sua vez, a capacidade de financiamento das famílias, no mesmo período, diminuiu para 4,9% do PIB.

RENDIBILIDADE DAS EMPRESAS



No final do 2º trimestre de 2021 o setor empresarial registou um aumento de rentabilidade, superando os valores do período homólogo, mas encontrando-se ainda abaixo dos registados em 2019, antes do início da pandemia.

O investimento empresarial em termos nominais (FBCF empresarial) aumentou 4,9%. As principais contribuidoras para este crescimento são as empresas do 4º (mais de 500 pessoas ao serviço) e 3º (entre 250 e 499 pessoas ao serviço) escalão. Inversamente, foram as empresas do 1º escalão (menos de 50 pessoas ao serviço) que mais contribuíram negativamente, refletindo uma contração do investimento empresarial de -16,2%. Analisando por setores, os principais responsáveis pelo crescimento são os setores de atividades financeiras e de seguros (contributo de 2,2 p.p. e variação de 38,4%) e transportes e armazenagem (contributo de 2,1 p.p. e variação de 42,9%). Por oposição, os setores de comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas (-1,8 p.p. correspondentes a -9,6%) e construção (-1,6 p.p. correspondentes a -30,6%) registaram os maiores decréscimos de investimento.

Quanto ao desemprego, segundo dados do INE, no 3T de 2021 foi registada uma taxa de 6,1%, representando uma queda de 1,9 p.p. face ao período homólogo, e fazendo desta, a taxa mais baixa dos últimos 10 anos, inferior em 0,2 p.p. à registada no mesmo trimestre de 2019, período pré-pandemia. Esta queda traduz-se numa diminuição da população desempregada em 85 mil pessoas face ao mesmo trimestre do ano anterior, baixando o total para 318,7 mil pessoas. (valor mais baixo da década). Na mesma linha, a população ativa atingiu o valor mais alto da década, atingindo os 4,787 milhões de pessoa empregadas.

Segundo a projeção do Banco de Portugal, tanto o consumo privado como o consumo público registaram aumentos de 5% e 3,3% respetivamente, com o IHPC a registar uma taxa de variação média de 0,9%.

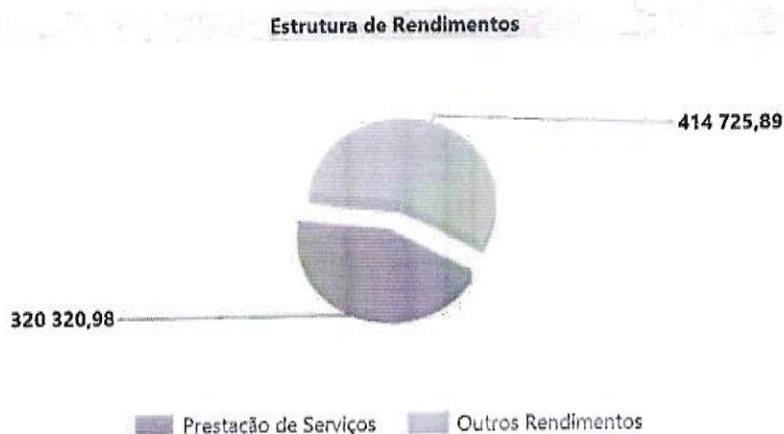
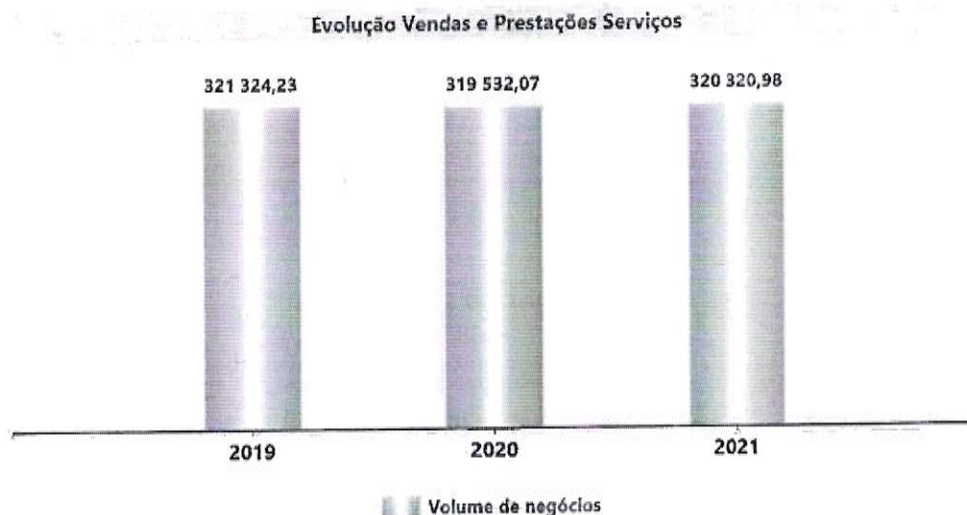
No que toca ao sistema bancário, segundo dados do Banco de Portugal, até ao último trimestre de 2021, a rentabilidade do ativo (ROA) aumentou 0,31 p.p., face mesmo período do ano anterior (para 0,46%). A rentabilidade do capital próprio (ROE) aumentou 3,7 p.p., situando-se em 5,4%. O aumento da ROA deveu-se à diminuição das imparidades para crédito e, em menor grau, ao aumento dos resultados com operações financeiras. O custo do risco de crédito diminuiu 0,63 p.p., para 0,37%, após o aumento significativo em 2020 associado ao surgimento da pandemia.

No final do 3T de 2021 a dívida pública equivalia a 131,4% do PIB o que equivale a 271,2 milhões de euros.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2021 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 320 320,98 €, representando uma variação de 0,24% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:



Como se pode verificar pela análise do gráfico da estrutura de rendimentos, a rubrica que merece maior relevância refere-se a "prestação de serviços" a qual engloba essencialmente quotas dos utilizadores, teve um ligeiro acréscimo comparado com o ano de 2020, tendo registado um valor em 2021 de 320.320,98 €, e de 319.532,07 € em 2020.

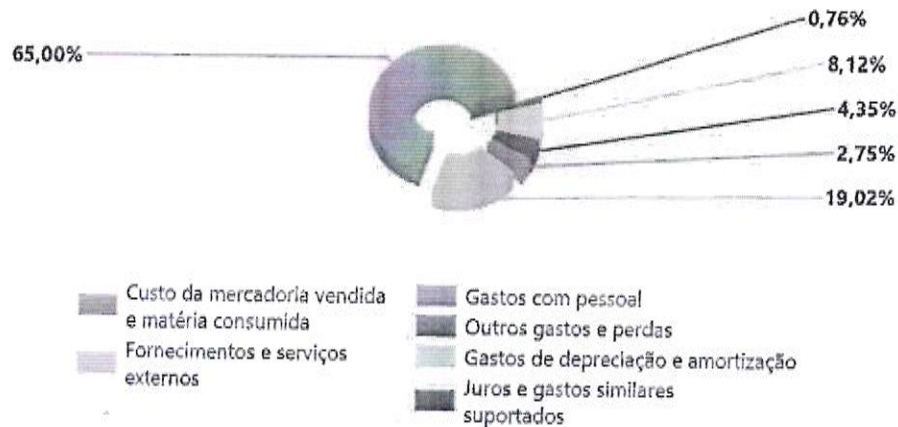
A rubrica de "outros rendimentos" totalizou 414.725,89 €, decomposta por subsídios à exploração no valor de 356.167,86 € e outros rendimentos no valor de 58.557,63 €. A rubrica de outros rendimentos é subdividida em descontos de pronto pagamento obtidos, 0,40 €, rendas do Bar, 1.925,00 €, correções de exercícos anteriores, 1.542,22 € e ganhos em subsídios para investimentos, 55.090,41 €.

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

Estrutura de Gastos



Estrutura de Gastos Percentual



O total de gastos incorridos no ano de 2021 no valor de 738.081,46 € registaram um acréscimo na ordem dos 10 %, face a 2020 que totalizaram a importância de 668.500,08 €.

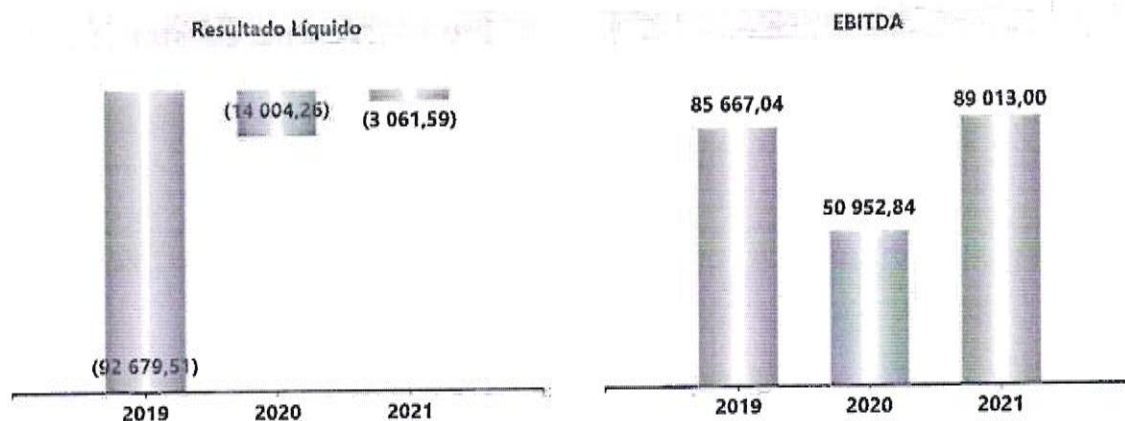
Da análise à evolução dos gastos, constata-se que a rubrica de "gastos com o pessoal" foi a que teve maior impacto nos gastos, num total de 479.720,11 €, ao passo que em 2020 cifrou-se em 423.738,01 €, este aumento deveu-se à pandemia COVID-19, a qual nos levou a reforçar a nossa equipa e todos os meios disponíveis para a sua não propagação. A rubrica de "juros e gastos suportados" também aumentou, porque entretanto terminou o benefício das medidas de moratória associadas aos créditos, passou de 4.417,33 € para 32.135,49 €

As restantes rubricas diminuíram, a de "custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas", passou de 21.354,79 € para 20.299,86 €, a de "fornecimentos e serviços externos" passou de 150.940,54 € para 140.407,68 €, a de "outros gastos" de 7.514,64 € para 5.605,82 €, e a de "gastos de depreciação e amortização" de 60.534,77 € para 59.912,50 €.

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

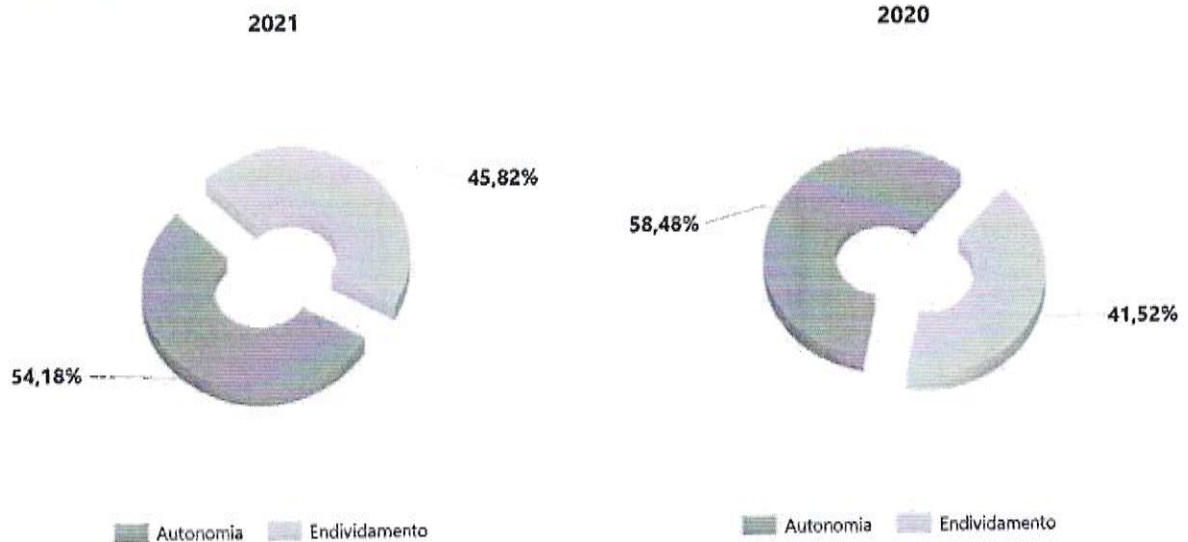
RUBRICAS	PERIODOS		
	2021	2020	2019
Gastos com Pessoal	479 720,11	423 738,01	353 595,43
Nº Médio de Pessoas	39,00	35,00	30,00
Gasto Médio por Pessoa	12 300,52	12 106,80	11 786,51

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



O EBITDA (resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos) do exercício económico de 2021 apresenta um resultado positivo de 89.013,00 €. O resultado líquido apurado neste exercício foi negativo em 3.061,59 €.

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2021		2020	
Ativo não corrente	1 327 406,59	88 %	1 384 517,62	93 %
Ativo corrente	172 790,99	12 %	104 738,39	7 %
Total ativo	1 500 197,58		1 489 256,01	

RUBRICAS	2021		2020	
Capital Próprio	812 742,71	54 %	870 894,71	58 %
Passivo não corrente	456 964,25	30 %	427 379,78	29 %
Passivo corrente	230 490,62	15 %	190 981,52	13 %
Total Capital Próprio e Passivo	1 500 197,58		1 489 256,01	

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A CASA DO POVO DE ESCARIZ no período económico findo em 31 de dezembro de 2021 realizou um resultado líquido de -3 061,59€, propondo a sua aplicação da seguinte forma:

- Resultados Transitados: 3.061,59 €

A Direção *Adelino Redondo*
Luís Alves *João Di. Minda Lopes*

5 - Expetativas Futuras

5.1. Cenário macroeconómico

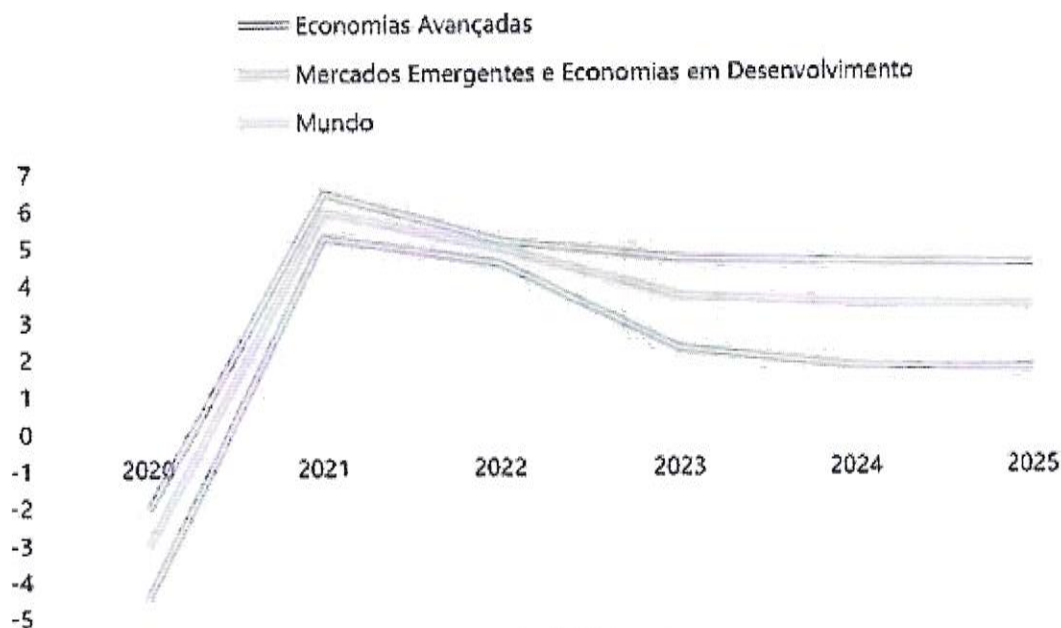
As previsões apresentadas foram estimadas pelos diversos organismos relevantes à data de fecho de 2021 e início de 2022. Neste período, a invasão russa da Ucrânia era um cenário inexistente. Na presente data, muitas delas mantêm-se, contudo é expectável que se venham a alterar de futuro. Continua a ser esperada uma recuperação económica generalizada, pelo menos nos mercados mundiais mais avançados, muito devido ao facto de ainda nos encontrarmos num período de recuperação económica face ao ano de 2020. No entanto, indicadores como a inflação, já estão a ser revistos em alta, pelo que algumas das previsões abaixo apresentadas não refletem ainda os impactos da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, dado ainda não existirem dados atualizados para os mesmos.

Mundo

É esperado que a recuperação económica iniciada em 2021 se mantenha durante 2022, com a maior parte dos indicadores a estabilizar nos anos subsequentes. Como tal, segundo dados do FMI, 2022 deverá trazer um crescimento de 4,9% na economia global, que estabilizará nos 3,3% nos anos subsequentes. As projeções de médio termo das economias mais desenvolvidas ultrapassam as existentes em período pré-pandemia, em grande parte devido às novas medidas em vigor nos EUA que se prevê, venham dar um impulso extraordinário à economia.

Associado ao crescimento da economia global esperado está o crescimento do PIB das economias mundiais, como representado no gráfico abaixo.

CRESCIMENTO DO PIB



É possível observar a tendência de manutenção do crescimento em 2022 e subsequente queda, neste indicador, essa queda é mais marcada nas economias avançadas do mundo.

O indicador que mais preocupa as principais entidades financeiras é a inflação. Existe um elevado grau de incerteza sobre o seu comportamento futuro dado que ninguém consegue prever exatamente a evolução da pandemia e o potencial surgimento de novas variantes. No entanto, esperava-se que esta crescesse acentuadamente em 2022. As previsões variam entre instituições, mas todas apontavam para um valor superior a 2% à data de fim de 2021, entretanto, com o início da guerra entre Rússia e Ucrânia, é expectável que esta previsão venha a ser revista em alta.

Este crescimento deve-se a um leque vasto de fatores. Ainda antes da guerra entra a Rússia e Ucrânia, as disrupções das cadeias de fornecimento que deverão continuar pelo menos até meio do ano, diminuindo a oferta e fazendo subir os preços, especialmente dado o aumento esperado do consumo das famílias. No, entretanto, a preocupação atual centra-se no setor das energias. Foi neste setor que ocorreram as maiores subidas de preço em 2021 e a tendência irá agravar-se em 2022. A subida drástica dos preços dos combustíveis irá implicar uma subida dos preços dos bens de consumo, mesmo com os vários governos a lançar pacotes de medidas de apoio aos produtores e distribuidores, e de combate à inflação. Adicionalmente, a falta de mão-de-obra que se tem feito sentir em alguns setores, coloca uma pressão sobre os salários e custos das empresas o que também deverá contribuir para o aumento de preços esperado.

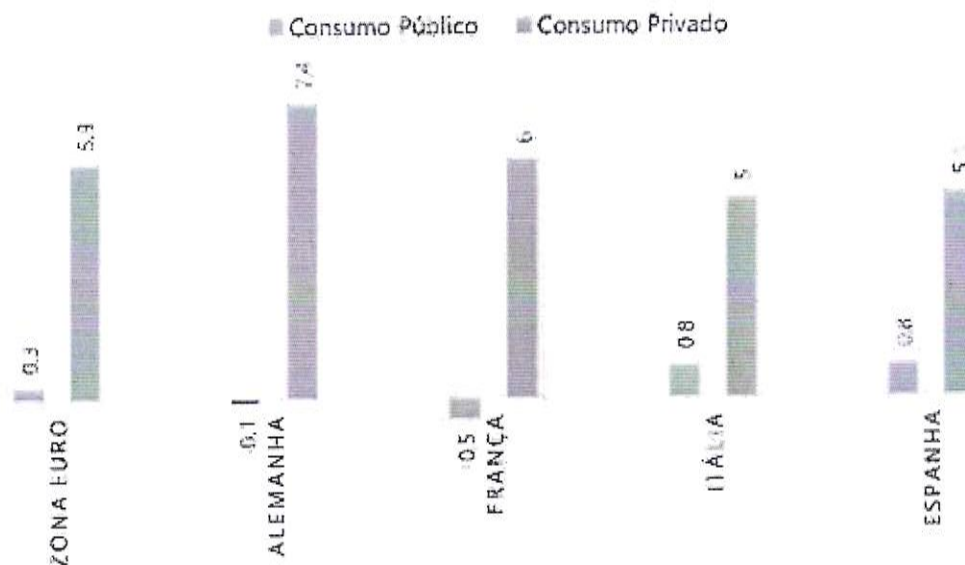
As previsões do FMI indicam que o emprego é dos indicadores que irá apresentar a recuperação mais lenta nos próximos anos. São apontadas como principais razões para esta evolução lenta, os apoios extra dados aos desempregados que em conjunto com receios de regressar aos escritórios levam muitos a ficar em casa, a evolução da automação e automatização de processos que reduz os requerimentos de capital humano. Este comportamento é esperado tanto em economias mais desenvolvidas como nas emergentes e em desenvolvimento, teorizando-se que a COVID-19 levará a um aumento de desigualdades sociais nas sociedades e a um aumento de tensão entre classes.

Europa

Fruto de uma recuperação económica mais rápida do que antecipado, é esperado que o PIB da zona euro aumente 4,4% em 2022. São esperados crescimentos para os quatro grandes países, Alemanha, França, Itália e Espanha de 4,9%, 3,7%, 4,2% e 5,1% respetivamente. Este crescimento generalizado da zona Euro é impulsionado também pela expectativa da chegada dos fundos de recuperação e resiliência. Antecipa-se que o grande obstáculo ao crescimento em 2022 seja o constrangimento das cadeias de oferta que continuaram a não conseguir dar resposta ao crescimento da procura. O crescimento deverá abrandar em 2023 com as projeções do PIB a apontar para um crescimento de 2,4% na zona euro (2,5% Europa).

Tanto o consumo privado como o público caminham ao lado da tendência de crescimento do PIB. É esperado que para as economias mais avançadas da Europa o consumo privado cresça 5,9% e o consumo publico cresça 0,3%.

VARIAÇÃO (%) CONSUMO



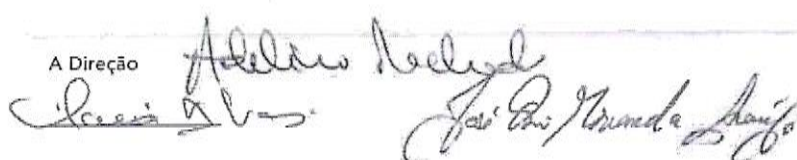
O mercado europeu sofre das mesmas pressões inflacionárias do resto do mundo, em muito derivadas ao aumento do consumo já mencionado, enquanto a oferta continua limitada por várias falhas nas cadeias de abastecimento. O Banco Central Europeu, que previa em setembro uma taxa de inflação de 1,7% em 2022, revisitou esse valor em dezembro, aumentando a taxa de inflação esperada para os 3,2%. Em fevereiro de 2022 apontava já para uma taxa de 5,1%, um claro reflexo dos impactos da guerra na Ucrânia causada pela Rússia.

No entanto, o BCE anunciou que não planeia alterar as suas políticas monetárias, mantendo a sua posição de não fazer ajustes às taxas de juro como o Banco de Inglaterra, nem fazer ajustes de política monetária, nem à sua política de estímulos à economia, como a Reserva Federal dos EUA.

O principal setor motor desta subida na Europa é o mesmo que no resto do mundo, o setor das energias. No entanto, é esperado que o setor estabilize no futuro, em especial quando o conflito se resolver, como tal o BCE mantém uma previsão na casa dos 2% para 2023.

Quanto ao desemprego, a recuperação prevê-se mais lenta. No geral das economias mais avançadas da Europa, prevê-se que a taxa de 7,3% atingida em 2021 se mantenha em 2022, sendo mais alta considerando apenas os países da zona euro, 8,1% em 2022 para este grupo. O comportamento do desemprego é também desigual entre países, a Alemanha espera conseguir uma descida da taxa de desemprego de 3,7% para 3,6% em 2022, ao mesmo tempo antecipa-se que a Itália venha a observar um agravamento da taxa dos 10,3% para os 11,6% em 2022.

Fruto da pandemia a zona euro viu agravar a sua dívida bruta. Nos 5 anos pré-pandemia esta tinha vindo a descer dos 92,8% em 2014 até aos 83,7% em 2019, no entanto, em 2020 este valor disparou para os 97,5%. Em 2021 ainda se assistiu a um agravamento deste indicador para os 98,9%, espera-se agora que a situação se inverta, prevendo-se uma descida para os 96,3% em 2022. Esta tendência decrescente deverá manter-se pelo menos até 2026 onde o valor da dívida da zona euro deverá representar 92,2% do PIB total.

A Direção


Outros

China

As projeções apontam para uma desaceleração do crescimento do PIB chinês. O país assistiu a um crescimento de 8% em 2021 que deverá diminuir para os 5,6% em 2022. A tendência de descida tenderá a manter-se até pelo menos 2026 onde se prevê que o PIB cresça apenas 4,9%.

No que toca ao desemprego, deverá observar-se uma descida dos 3,8% registados em 2021 para 3,7% em 2022. Esta quebra residual está em linha com a demora de recuperação deste indicador.

EUA

As projeções indicam que o PIB dos EUA deverá aumentar 5,2% em 2022. Este aumento diminuirá consideravelmente até 2026 onde o crescimento deverá ficar pelos 1,7%.

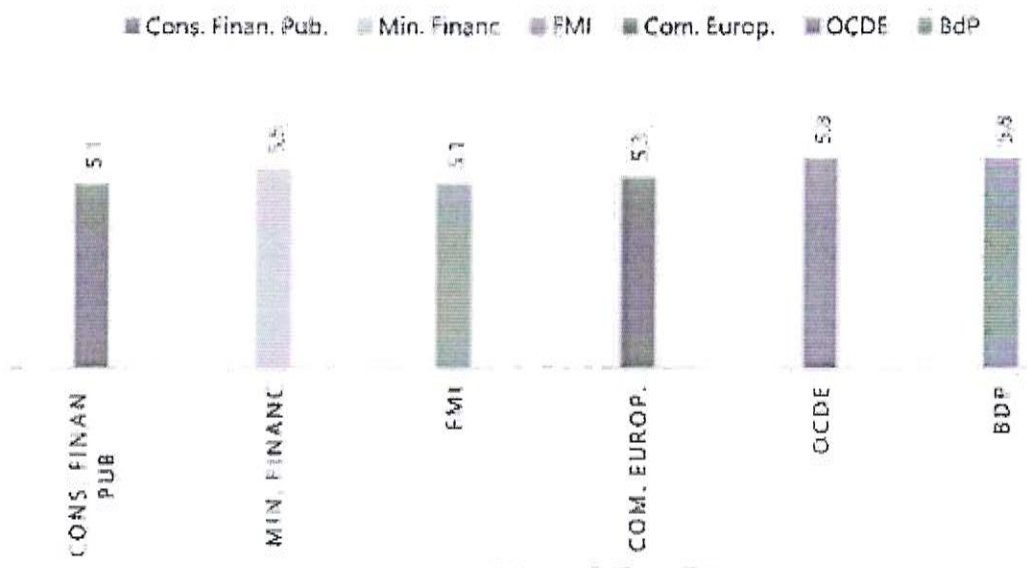
No campo do desemprego os EUA deverão observar uma descida mais abrupta da taxa, derivado das medidas tomadas pelo executivo, mencionadas anteriormente. Como tal, a taxa de 5,4% em 2021 deverá cair para os 3,5% em 2022. Um valor inferior 4,6 p.p. ao registado em 2020.

5.2 Cenário Interno

O recente chumbo do orçamento de estado, a subsequente queda do governo, e o escalar do conflito na Ucrânia, vieram trazer alguma incerteza sobre o futuro do país. Não obstante, as previsões indicam que a recuperação económica iniciada em 2021 se deverá, pelo menos, manter em 2022.

À data de fim de 2021, o Conselho de Finanças Públicas (CFP) português apresentava um sumário das principais previsões de crescimento do PIB em 2022.

CRESCIMENTO PIB 2022 (%)



Todas as previsões apontavam para um crescimento acima dos 5%. Segundo o Banco de Portugal, a tendência de crescimento que se verificou em 2021 e que se espera que continue em 2022 é suportada pelos fundos da Europa e pela manutenção das condições financeiras. No entanto, o CFP já veio alertar para a necessidade de rever as projeções em baixa, alterando a sua projeção para os 4,8% em 2022, 2,8% em 2023 e 2,6% em 2024. O CFP deixa, no entanto, claro que todas as previsões financeiras feitas de momento são bastante incertas.

Associado ao aumento do PIB está o aumento do consumo privado, entre os 4,1% e os 4,8% para 2022 segundo as diversas projeções. Este aumento deve-se à esperada libertação das poupanças que muitas famílias acumularam durante a pandemia. Também se prevê um aumento do salário mínimo que levará a um aumento do rendimento real disponível dos portugueses. A médio prazo, o Banco de Portugal prevê uma desaceleração deste indicador, e que em 2024 o crescimento baixe para os 1,8%.

Quanto ao consumo público, espera-se uma quebra acentuada, após ter crescido acima dos 4% em 2021, espera-se que cresça apenas 1,4% em 2022 segundo projeções do Banco de Portugal.

Espera-se que as exportações aumentem 10,4% depois dos 9,6% registados em 2021. Este aumento deve-se em parte à recuperação do setor do turismo, que tem mostrado sinais de recuperação acelerada, mas cujo ponto de partida de 2020 era muito baixo. Ainda assim, é um crescimento abaixo do inicialmente previsto de 12,7%, que reflete novos constrangimentos às exportações, tais como a diminuição da procura externa e o aumento das dificuldades nas cadeias de abastecimento. Prevalecem ainda as dúvidas quanto às medidas restritivas de combate à COVID-19, nomeadamente sobre o controlo de fronteiras. Por seu lado, as importações deverão desacelerar, após terem crescido 10,3% em 2021, deverão apresentar um crescimento de 9,3% em 2022.

É esperado que o crescimento económico de 2022 faça cair a taxa de desemprego, numa tendência que contraria a da Europa. O Banco de Portugal aponta para uma taxa de 6% para 2022. No que toca a previsões de médio termo, prevê-se que a taxa continue a cair, atingindo os 5,7% em 2023 e os 5,6% em 2024.

No meio da recuperação, um dos indicadores que levanta preocupação é a inflação. Não havendo ainda projeções oficiais do comportamento deste indicador para o restante ano de 2022, o BdP registou uma taxa de 4,4% em fevereiro de 2022, o que contrasta com as previsões feitas por diversas entidades no final de 2021 e que colocavam a mesma na casa dos 2%. No ano findo, as principais causas apontadas eram, uma redução da produção industrial fruto dos constrangimentos nas cadeias de fornecimento e do aumento dos custos de produção derivado dos aumentos dos setores das energias. Embora esta redução não tenha feito subir os preços em 2021, espera-se que possa vir a ter mais impacto em 2022. Os constrangimentos nas cadeias de fornecimento não se têm feito sentir apenas no setor industrial, a diminuição generalizada da oferta em conjunto com o aumento esperado da procura é também razão para o esperado aumento da inflação. O Banco de Portugal alerta ainda para o impacto das pressões salariais. Tanto pelo aumento do salário mínimo já mencionado que fará aumentar o rendimento disponível das famílias, mas também pelas carências de mão-de-obra que se fazem sentir mesmo com o aumento do emprego e que deverão, igualmente, conduzir a um aumento dos salários em 2022. Por fim, o aumento drástico dos preços dos combustíveis, derivado do conflito Rússia-Ucrânia irá contribuir para o agravamento da taxa de inflação. Este aumento coloca uma pressão inflacionária generalizada sobre os preços dos bens, dado o conseqüente agravamento da estrutura de custos das empresas. Pela positiva, o Banco Central Europeu veio dizer que o aumento da inflação deverá estabilizar em 2023.

Uma das conseqüências mais relevantes da recuperação económica é o reduzir da dívida pública portuguesa. As previsões para 2022 apontam para uma dívida que corresponde a 122% do PIB no melhor dos casos, 128% no pior. Para 2023 é esperado que a tendência de redução se mantenha e o valor fique entre os 119% e os 125%, em 2024 entre os 116% e os 119% e em 2025 entre os 114% e os 117%.

Nota Final

Para além da incerteza causada nos mercados internacionais pela guerra, que tornam todas as previsões apresentadas acima muito incertas, existe ainda uma grande dúvida sobre a crise humanitária que se avizinha. Há já milhares de famílias ucranianas deslocadas a fugir da guerra, quer porque temem pela vida, ou porque viram as suas casas, escolas e hospitais serem destruídas por bombardeamentos incessantes. Juntam-se a estas, milhares de cidadãos russos a fugir da Rússia por causa das sanções económicas sem precedentes, que deverão mergulhar o país numa crise profunda, e a fugir também da repressão da liberdade de expressão levada a cabo pelo governo russo.

5.3 Evolução previsível da sociedade

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que no futuro próximo a entidade mantenha o nível da atividade consolidado ao longo dos tempos.

6 - Outras Informações

A CASA DO POVO DE ESCARIZ não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2021.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal. Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

No contexto actual da situação de pandemia provocada pelo COVID-19, é previsível que a actividade futura da empresa seja afectada. Encontramo-nos neste momento a reavaliar o plano de negócios em vigor com vista a ajustá-lo, se necessário, a esta nova realidade.

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Utentes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da CASA DO POVO DE ESCARIZ.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Balanço - (modelo para ESNL) em 31-
12-2021
(montantes em euros)

CASA DO POVO DE ESCARIZ

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 314 625,53	1 374 418,03
Outros créditos e ativos não correntes	10	12 781,06	10 099,59
		1 327 406,59	1 384 517,62
Ativo corrente			
Créditos a receber	10	42 205,95	47 675,84
Diferimentos	10	508,75	717,36
Caixa e depósitos bancários	15	130 076,29	56 345,19
		172 790,99	104 738,39
Total do ativo		1 500 197,58	1 489 256,01
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	12		
Fundos	10	8 101,70	8 101,70
Resultados transitados		264 536,86	278 541,12
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	9	543 165,74	598 256,15
Resultado líquido do período		(3 061,59)	(14 004,26)
Total dos fundos patrimoniais		812 742,71	870 894,71
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6;10	456 964,25	427 379,78
		456 964,25	427 379,78
Passivo corrente			
Fornecedores	10	35 528,35	52 885,72
Estado e outros entes públicos	14	8 335,97	6 648,28
Financiamentos obtidos	6;10	88 082,30	22 639,23
Outros passivos correntes	10;11	98 544,00	108 808,29
		230 490,62	190 981,52
Total do passivo		687 454,87	618 361,30
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 500 197,58	1 489 256,01

A Direção

Adelino Nechred
Luís Alves

Contabilista Certificado N.º 23260

**Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ESNL) do período findo em 31-12-
2021
(montantes em euros)**

CASA DO POVO DE ESCARIZ

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	8	320 320,98	319 532,07
Subsídios, doações e legados à exploração	9	356 167,86	277 143,76
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(20 299,86)	(21 354,79)
Fornecimentos e serviços externos	8	(140 407,68)	(150 940,54)
Gastos com o pessoal	11	(479 720,11)	(423 738,01)
Outros rendimentos	8	58 557,63	57 824,99
Outros gastos	8	(5 605,82)	(7 514,64)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		89 013,00	50 952,84
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4,5	(59 912,50)	(60 534,77)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		29 100,50	(9 581,93)
Juros e rendimentos similares obtidos	8	0,40	
Juros e gastos similares suportados	6	(32 135,49)	(4 417,33)
Resultado antes de impostos		(3 034,59)	(13 999,26)
Imposto sobre o rendimento do período		(27,00)	(5,00)
Resultado líquido do período		(3 061,59)	(14 004,26)

A Direção

Luís Alves

Adriano Reguedal
João Diogo Mendes Araújo


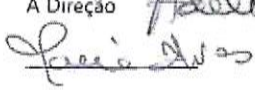
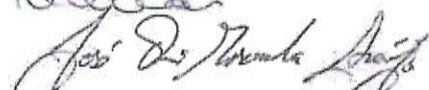
Contabilista Certificado, N.º 22260

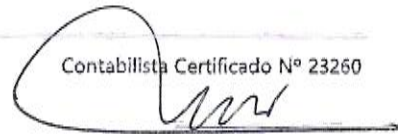
[Assinatura]

**Demonstração dos Fluxos de Caixa -
(modelo para ESNL) do período findo em 31
-12-2021
(montantes em euros)**

CASA DO POVO DE ESCARIZ

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes	10	320 320,98	319 532,07
Pagamentos a fornecedores	10	185 228,95	139 569,49
Pagamentos ao pessoal	11	479 544,08	410 472,05
Caixa gerada pelas operações		(344 452,05)	(230 509,47)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		5,00	
Outros recebimentos/pagamentos	10	478 326,56	265 086,71
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		133 869,51	34 577,24
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	4	120,00	16 342,10
<i>Investimentos financeiros</i>	10	2 676,64	2 494,46
Recebimentos provenientes de:			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(2 796,64)	(18 836,56)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>	6	21 342,69	25 241,66
<i>Juros e gastos similares</i>	6	35 999,08	4 417,33
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(57 341,77)	(29 658,99)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		73 731,10	(13 918,31)
Caixa e seus equivalentes no início do período		56 345,19	70 263,50
Caixa e seus equivalentes no fim do período		130 076,29	56 345,19

A Direção 
 

Contabilista Certificado N.º 23260


RESULTADOS POR VALÊNCIAS

Código das Contas	DESIGNAÇÃO	VALÊNCIAS			TOTAL
		CRECHE	LAR	OUTRAS AT. SOCIAIS	
71	Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Prestações	29 387,83	290 933,15	0,00	320 320,98
721	Matrículas e mensalidades	29 387,83	290 465,15	0,00	319 852,98
722/9	Outras	0,00	468,00	0,00	468,00
74	Trabalhos para a própria Instituição	0,00	0,00	0,00	0,00
748	Para autoconsumos	0,00	0,00	0,00	0,00
741/5	Para outros	0,00	0,00	0,00	0,00
781/8	Rendimentos suplementares	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Comparticipações e subsídios à exploração	134 459,47	221 708,39	0,00	356 167,86
7513	Segurança Social	128 695,35	169 831,31	0,00	298 526,66
7515	Autarquias	240,00	2 160,00	0,00	2 400,00
7514	FEDER	0,00	0,00	0,00	0,00
7516	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
758	De outras entidades	5 524,12	49 717,08	0,00	55 241,20
7	Outros proveitos operacionais	5 855,80	52 702,23	0,00	58 558,03
	Variação da produção	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal (1)	169 703,10	565 343,77	0,00	735 046,87
61	Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	1 983,36	18 316,50	0,00	20 299,86
612	Géneros alimentares	0,00	0,00	0,00	0,00
61-61211	Outros	1 983,36	18 316,50	0,00	20 299,86
62	Fornecimentos e serviços externos	13 116,20	127 291,48	0,00	140 407,68
6241/3	Electricidade, combustível, água e outros fluidos	3 745,29	33 707,63	0,00	37 452,92
6233	Material de escritório	319,21	704,57	0,00	1 023,78
6226/8	Reparação, conserv adapt em equip edif	999,40	9 173,89	0,00	10 173,29
	Outros fornecimentos e serviços externos	8 052,30	83 705,39	0,00	91 757,69
63	Gastos com o pessoal	103 856,96	375 863,15	0,00	479 720,11
63231	Remunerações certas	71 931,89	253 425,23	0,00	325 357,12
63232	Remunerações adicionais	17 905,87	61 871,64	0,00	79 777,51
6352	Encargos sobre remunerações	12 811,78	56 029,20	0,00	68 840,98
636	Seguros	365,71	3 291,43	0,00	3 657,14
638	Outros custos com o pessoal	841,71	1 245,65	0,00	2 087,36
64	Gastos de depreciação e de amortização	5 991,25	53 921,25	0,00	59 912,50
67	Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
681	Impostos	1,80	16,16	0,00	17,96
6813	Taxas	64,17	577,51	0,00	641,68
651	Benefícios processados	0,00	0,00	0,00	0,00
652	Outros custos operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00
691	Gastos de financiamento e outras perdas similares	3 213,50	28 921,99	0,00	32 135,49
68	Outros gastos e perdas	494,62	4 451,56	0,00	4 946,18
	Subtotal (2)	128 721,86	609 359,60	0,00	738 081,46
81	Resultados operacionais (1)-(2)=(3)	40 981,24	-44 015,83	0,00	-3 034,59
	Imposto sobre o rendimento do período				-27,00
	Resultado Líquido do período				-3 061,59

* 62-(6211+62211/4+6233+6226)

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: CASA DO POVO DE ESCARIZ
 Número de identificação de pessoa coletiva: 500938970
 Lugar da sede social: Rua do Lar - Escariz S. Martinho
 Natureza da atividade: Outras atividades associativas, n.e.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, o qual integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho. O SNC-ESNL, é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de março (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo: NCRL-ESNL);
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de março (Código de Contas Específico para as Entidades do Sector Não Lucrativo: CC-ESNL);
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de março (Modelos de Demonstrações Financeiras aplicáveis às Entidades do Sector Não Lucrativo).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

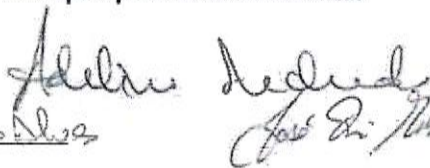
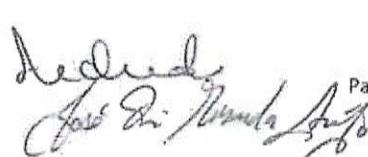
Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2021 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

A Direção  
 Pag. 1 de 14

Contabilista Certificado N.º 23260 

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A entidade encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Eventualmente pode estar sujeita a tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais

A Direção

Luís Alves

Adelino Redal

Pag. 2 de 14

João Diogo Mendes

Contabilista Certificado N.º 23260

[Assinatura]

perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Rédito da Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento

do subsídio.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.1. Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Terrenos e recursos naturais	Método do custo			
Edifícios e outras construções	Método do custo	Quotas constantes	50 a 10 anos	2,00 - 10,00
Equipamento básico	Método do custo	Quotas constantes	8 a 4 anos	12,50 - 25,00
Equipamento de transporte	Método do custo	Quotas constantes	4 anos	25,00
Equipamento administrativo	Método do custo	Quotas constantes	6 a 3 anos	16,66 - 33,33
Equipamentos biológicos				
Outros ativos fixos tangíveis	Método do custo	Quotas constantes	6 anos	16,66

4.1.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamento & AFT	TOTAL
Valor bruto no início	17 356,08	1 999 480,25	220 943,90	36 197,35	38 810,21		10 407,48			2 323 195,22
Depreciações acumuladas		689 460,43	182 195,60	36 197,35	37 367,42		3 555,39			948 777,19
Saldo no início do período	17 356,08	1 310 019,82	38 748,30		1 442,79		6 852,04			1 374 418,03
Variações do período		(40 760,90)	(17 443,61)		(413,67)		(1 174,32)			(59 792,50)
Total de aumentos			120,00							120,00
Aquisições em primeira mão			120,00							120,00
Total diminuições		40 760,90	17 563,61		413,67		1 174,32			59 912,50
Depreciações do período		40 760,90	17 563,61		413,67		1 174,32			59 912,50
Outras transferências		0,00	0,00							0,00
Saldo no fim do período	17 356,08	1 269 258,92	21 304,69		1 029,12		5 677,72			1 314 625,53
Valor bruto no fim do período	17 356,08	1 999 480,25	221 068,90	36 197,35	38 810,21		10 407,43			2 323 315,22
Depreciações acumuladas no fim do período		730 221,33	199 764,21	36 197,35	37 781,09		4 729,71			1 008 689,69

Quadro comparativo:

A Direção

Adelino Redondo
Luís Alves

Pag. 4 de 14

João Diogo Almeida

Contabilista Certificado N.º 23260

[Assinatura]

Descrição	Terras e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	17.356,00	1.999.480,25	205.470,35	36.197,35	37.941,66		10.407,43			2.306.852,12
Depreciações acumuladas		648.600,55	164.647,88	36.197,35	36.953,74		2.361,07			888.879,59
Saldo no início do período	17.356,00	1.350.879,70	40.822,47		987,92		8.026,36			1.417.973,53
Variações do período		(40.760,88)	(2.075,17)		454,87		(1.174,32)			(43.555,50)
Total de aumentos			15.473,55		868,55					16.342,10
Aquisições em primeira mão			15.473,55		868,55					16.342,10
Total diminuições		40.760,88	17.548,72		413,68		1.174,32			59.897,60
Depreciações do período		40.760,88	17.548,72		413,68		1.174,32			59.897,60
Saldo no fim do período	17.356,00	1.310.118,82	23.274,30		1.442,79		6.852,04			1.374.418,03
Valor bruto no fim do período	17.356,00	1.999.480,25	220.943,90	36.197,35	38.810,21		10.407,43			2.323.195,22
Depreciações acumuladas no fim do período		689.361,43	197.669,60	36.197,35	37.367,42		3.555,39			948.777,19

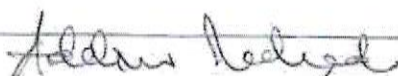

5 - Ativos intangíveis

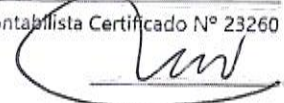
5.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

5.1.1. Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de amortização e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Goodwill				
Projetos de desenvolvimento				
Programas de computadores	Método do custo	Quotas constantes	3 anos	33,33
Propriedade industrial				
Outros ativos intangíveis				

5.1.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

A Direção 




Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos Intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período								
Amortizações acumuladas totais no fim do período								
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início			1 911,42					1 911,42
Amortizações acumuladas			1 911,42					1 911,42
Saldo no início do período								
Variáveis do período								
Total de aumentos								
Total diminuições								
Saldo no final do período								

6 - Custos de empréstimos obtidos

6.1. Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp. capitalizados	Custos emp. em gastos
Empréstimos genéricos									
Empréstimos específicos	545 046,55	88 082,30	456 964,25	32 135,49	32 135,49				
Instituições de crédito e sociedades financeiras	545 046,55	88 082,30	456 964,25	32 135,49	32 135,49				
Total dos Empréstimos	545 046,55	88 082,30	456 964,25	32 135,49	32 135,49				

Quadro comparativo:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp. capitalizados	Custos emp. em gastos
Empréstimos genéricos									
Empréstimos específicos	450 019,01	22 639,23	427 379,78	4 417,33	4 417,33				
Instituições de crédito e sociedades financeiras	450 019,01	22 639,23	427 379,78	4 417,33	4 417,33				
Total dos Empréstimos	450 019,01	22 639,23	427 379,78	4 417,33	4 417,33				

6.2. Outras divulgações

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	32 135,49	4 417,33
Juros de financiamentos suportados	32 135,49	4 417,33
Juros de empréstimos bancários	31 723,01	3 830,50
Juros de locações financeiras	412,48	586,83

7 - Inventários

7.1. Quantia escriturada de inventários

Descrição	Merchandarias	Mat. Prim. e Subsid.	Total Período	Merchandarias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários Iniciais						
Compras		20 299,86	20 299,86		21 354,79	21 354,79
Reclassificação e regularização de inventários						
Inventários finais						
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		20 299,86	20 299,86		21 354,79	21 354,79
OUTRAS INFORMAÇÕES						

8 - Rendimentos e gastos

8.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do réditio incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	320 320,98	319 532,07
Outros réditos	414 725,89	334 968,75
Total	735 046,87	654 500,82

8.2. Quantia de cada categoria significativa de réditio reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Nome / Descrição	Valor
Outros rendimentos e ganhos	
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,40
Rendas do Bar	1 925,00
Correções exercícios anteriores	1 542,22
Imputação de subsídios para investimentos	55 090,41
Total	58 558,03

A Direção

Pag. 7 de 14

Contabilista Certificado N° 23260

8.3. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	33 321,79	38 833,12
Trabalhos especializados	18 377,61	18 591,05
Honorários	3 601,30	2 977,50
Conservação e reparação	10 173,29	13 814,36
Outros	1 169,59	3 450,21
Materiais	10 959,26	21 568,93
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2 015,56	4 665,57
Material de escritório	1 023,78	2 315,48
Artigos para oferta	313,81	351,67
Outros	7 606,11	14 236,21
Energia e fluidos	37 452,92	31 281,80
Eletricidade	22 850,05	19 039,04
Combustíveis	1 625,33	10 898,24
Água	2 013,50	1 344,52
Outros	10 964,04	
Deslocações, estadas e transportes	6 774,68	7 075,62
Deslocações e estadas	6 774,68	6 771,18
Outros		304,44
Serviços diversos	51 899,03	52 181,07
Rendas e alugueros	17 234,52	17 461,83
Comunicação	1 417,54	2 353,36
Seguros	4 511,12	4 414,70
Contencioso e notariado	30,00	138,00
Despesas de representação	270,00	50,00
Limpeza, higiene e conforto	28 435,85	27 763,18
Total	140 407,68	150 940,54

8.4. Outras divulgações sobre gastos

Nome / Descrição	Valor
Outros gastos e perdas:	
Impostos	659,64
Correções relativas a exercícios anteriores	1 074,16
Outros gastos	8,43
Outros gastos e perdas financiamento	3 863,59
Total	5 605,82

A Direção

Pag. 8 de 14

Contabilista Certificado, Nº 28260

9 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

9.1. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

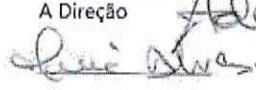
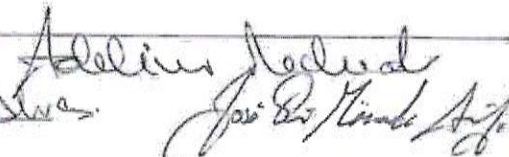
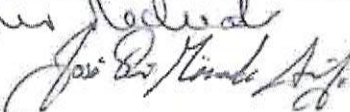
Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	598 256,15	55 090,41	55 090,41						
Para ativos fixos tangíveis	598 256,15	55 090,41	55 090,41						
Edifícios e outras construções	441 376,05	43 022,71	43 022,71						
Equipamento básico	156 880,10	12 067,70	12 067,70						
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração	277 000,70	301 077,45	301 077,45	143,06					
Valor dos reembolsos efetuados no período									
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração									
Total	875 256,85	356 167,86	356 167,86	143,06					

Quadro comparativo:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent.- Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	653 371,63	55 115,48	55 115,48						
Para ativos fixos tangíveis	653 371,63	55 115,48	55 115,48						
Edifícios e outras construções	484 398,76	43 022,71	43 022,71						
Equipamento básico	168 947,00	12 067,70	12 067,70						
Equipamento de transporte	25,07	25,07	25,07						
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração	201 836,51	277 000,70	277 000,70	1 500,00	143,06	143,06			
Valor dos reembolsos efetuados no período									
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração									
Total	855 208,14	332 116,18	332 116,18	1 500,00	143,06	143,06			

10 - Instrumentos financeiros

10.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

A Direção




Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Capital	8 101,70			8 101,70
Resultados transitados	278 541,12		(14 004,26)	264 536,86
Outras variações nos capitais próprios	598 256,15		(55 090,41)	543 165,74
Subsídios	598 256,15		(55 090,41)	543 165,74
Total	884 898,97		(69 094,67)	815 804,30

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Capital	8 101,70			8 101,70
Resultados transitados	371 220,63		(92 679,51)	278 541,12
Outras variações nos capitais próprios	653 371,63		(55 115,48)	598 256,15
Subsídios	653 371,63		(55 115,48)	598 256,15
Total	1 032 693,96		(147 794,99)	884 898,97

10.2. Divulgações sobre colateral prestada com ativos financeiros e garantias bancárias:

Entidade financeira	Detalhes da garantia	Montante
CGD	Hipoteca sobre imóvel	950 000,00
RCI Banque Sucursal Portugal	Veículo automóvel	50 320,47
Caixa Económica Montepio Geral	Outra proteção	90 000,00

10.3. Outros créditos e ativos não correntes

Nome / Descrição	Valor
Outros investimentos financeiros	
Fundo compensação trabalho	12 761,06

11 - Benefícios dos empregados

11.1. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

A Direção

Luís Alves *Adelino Mendes*
João António Mendes

Pag. 10 de 14

Contabilista Certificado nº 23260

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	39,00	61 519,00	35,00	46 812,00
Pessoas remuneradas	39,00	61 519,00	35,00	46 812,00
Pessoas não remuneradas				
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	39,00	61 519,00	35,00	46 812,00
Pessoas a tempo completo	38,00	59 922,00	35,00	46 812,00
(das quais pessoas remuneradas)	38,00	59 922,00	35,00	46 812,00
Pessoas na tempo parcial	1,00	1 597,00		
(das quais pessoas remuneradas)	1,00	1 597,00		
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	39,00	61 519,00	35,00	46 812,00
Masculino	1,00	1 712,00	1,00	1 774,00
Feminino	38,00	59 807,00	34,00	45 038,00
Pessoas ao serviço da empresa afetas a I&D				
Prestadores de serviços				
Pessos colocadas por agências de trabalho temporário				

11.2. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	479 720,11	423 738,01
Remunerações do pessoal	405 134,63	350 088,49
Encargos sobre as remunerações	68 840,98	64 127,43
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	3 657,14	5 175,48
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	2 087,36	4 346,61
- formação	629,50	1 841,49
- fardamento	96,43	2 505,12

12 - Divulgações exigidas por diplomas legais

12.1. Informação por atividade económica

Descrição	Atividade CAE 1	Atividade CAE 2	Total
Vendas			
Prestações de serviços	29 387,83	296 933,15	320 320,98
Compras	1 983,36	18 316,50	20 299,86
Fornecimentos e serviços externos	13 116,20	127 291,48	140 407,68
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	1 983,36	18 316,50	20 299,86
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 983,36	18 316,50	20 299,86
Número médio de pessoas ao serviço	8,00	31,00	39,00
Gastos com o pessoal	103 856,96	375 863,15	479 720,11
Remunerações	89 837,76	315 296,87	405 134,63
Outros gastos	14 019,20	60 566,28	74 585,48
Ativos fixos tangíveis			
Valor líquido final	131 462,55	1 183 162,98	1 314 625,53
Total das aquisições		120,00	120,00
Propriedades de investimento			

Quadro comparativo:

Descrição	Atividade CAE 1	Atividade CAE 2	Total
Vendas			
Prestações de serviços	24 005,82	299 526,25	319 532,07
Compras	2 155,48	19 219,31	21 354,79
Fornecimentos e serviços externos	12 325,74	138 614,80	150 940,54
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	2 135,48	19 219,31	21 354,79
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	2 135,48	19 219,31	21 354,79
Número médio de pessoas ao serviço	7,00	28,00	35,00
Gastos com o pessoal	95 748,93	327 989,08	423 738,01
Remunerações	80 317,66	260 770,83	350 088,49
Outros gastos	15 431,27	58 218,25	73 649,52
Ativos fixos tangíveis			
Valor líquido final	137 441,80	1 236 976,23	1 374 418,03
Total das aquisições	14 315,25	2 026,85	16 342,10
Propriedades de investimento			

12.2. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	320 320,98			320 320,98
Compras	20 299,86			20 299,86
Fornecimentos e serviços externos	140 407,68			140 407,68
Aquisições de ativos fixos tangíveis	120,00			120,00
Rendimentos suplementares:				

A Direção

Quadro comparativo:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	319 532,07			319 532,07
Compras	21 354,79			21 354,79
Fornecimentos e serviços externos	150 940,54			150 940,54
Aquisições de ativos fixos tangíveis	16 342,10			16 342,10
Rendimentos suplementares:				

12.3. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Casa do Povo não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei nº 110/2009, de 16 de Setembro, a Direção informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13 - Locações

13.1. Decomposição das locações de acordo com o quadro seguinte:

Descrição	Ativos intangíveis	Ativos fixos tangíveis	Propriedades de investimento	Total	Locações Operacionais
Valor Bruto		10 101,31		10 101,31	
Depreciações/Amortizações acumuladas		5 319,75		5 319,75	
Saldo no fim do período		4 781,56		4 781,56	
Total dos futuros pagamentos mínimos		4 781,56		4 781,56	
Até um ano		2 711,54		2 711,54	
De um a cinco anos		2 070,02		2 070,02	
Mais de cinco anos					
Valor atual do total dos futuros pag. mínimos		4 781,56		4 781,56	
Até um ano		2 711,54		2 711,54	
De um a cinco anos		2 070,02		2 070,02	
Mais de cinco anos					

14 - Impostos e contribuições

14.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

A Direção
Luís Alves
Adriano Pedrosa
José Di. Mendes

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	(3 034,59)	(13 999,26)
Imposto corrente	27,00	5,00
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período	27,00	5,00
Tributações autônomas	27,00	5,00
Taxa efetiva de imposto	(0,88)	(0,03)

14.2. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento		27,00		5,00
Imposto estimado		27,00		5,00
Retenção de impostos sobre rendimentos		773,00		351,00
Contribuições para a Segurança Social		7 095,67		6 074,14
Outras tributações		440,30		218,14
Total		8 335,97		6 648,28

15 - Fluxos de caixa

15.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	590,10	337 019,76	337 170,06	439,80
Depósitos à ordem	50 755,09	827 634,70	748 753,30	129 636,49
Outros depósitos bancários	5 000,00		5 000,00	
Total	56 345,19	1 164 654,46	1 090 923,36	130 076,29

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	102,57	335 474,20	334 986,67	590,10
Depósitos à ordem	20 160,93	970 331,78	939 737,62	50 755,09
Outros depósitos bancários	50 000,00		45 000,00	5 000,00
Total	70 263,50	1 305 805,98	1 319 724,29	56 345,19

A Direção

Pag. 14 de 14

Contabilista Certificado Nº 23260